



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XVIII PALMAS, SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2007

Nº 1575



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

1º Vice-presidente: Dep. Fabion Gomes

2º Vice-presidente: Dep. Luana Ribeiro

1º Secretário: Dep. Iderval Silva

2º Secretário: Dep. José Geraldo

3º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

4º Secretário: Dep. Stalin Bucar

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, César Halum (Vice) Eduardo do Dertins, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Valuar Barros, Eli Borges, Raimundo Palito, Fabion Gomes

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h30

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Eli Borges (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Fábio Martins, Marcello Lelis, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Júnior Coimbra, Paulo Roberto, Valuar Barros, Raimundo Palito, Raimundo Moreira.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Amélio Cayres (pres)**, César Halum (vice), Manoel Queiroz, Eli Borges, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Angelo Agnolin, Solange Duailibe, Marcello Lelis, Fabion Gomes.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins (vice), Josi Nunes, Raimundo Moreira, Raimundo Palito.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Paulo Roberto, Júnior Coimbra, Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Josi Nunes (pres)**, Raimundo Palito (vice), Eduardo do Dertins, Júnior Coimbra, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Sandoval Cardoso, César Halum, Manoel Queiroz, Stalin Bucar, Luana Ribeiro.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Dr. Zé Viana (vice), Solange Duailibe, Valuar Barros, Marcello Lelis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, César Halum, Angelo Agnolin, Stalin Bucar, Raimundo Palito.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Eli Borges (vice), Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Josi Nunes, Raimundo Moreira, Amélio Cayres.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Stalin Bucar (pres)**, Valuar Barros (vice), Paulo Roberto, Manoel Queiroz, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Marcello Lelis (pres)**, Júnior Coimbra (vice), Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Josi Nunes, Solange Duailibe, Sandoval Cardoso, Luana Ribeiro, Amélio Cayres.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Solange Duailibe (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Valuar Barros, Raimundo Moreira, Marcello Lelis.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do TCE

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS

Deputados: **César Halum (pres)**, Manoel Queiroz (vice), Júnior Coimbra, Raimundo Moreira, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Fábio Martins, Paulo Roberto, Cacildo Vasconcelos, Marcello Lélis.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Saúde

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, Eduardo do Dertins (vice), Stalin Bucar, Paulo Roberto, Marcello Lélis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Raimundo Moreira, Luana Ribeiro, Josi Nunes, César Halum, Solange Duailibe

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROCESSO Nº: 00610/2007

AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO

ASSUNTO: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício Financeiro de 2008 - LDO 2008.

RELATOR: Deputado Paulo Roberto

PARECER DO RELATOR

1) APRESENTAÇÃO

A matéria em questão trata do Projeto de Lei n.º 56, de 21 de setembro de 2007, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminhado através da Mensagem n.º 57, da mesma data, em regime de urgência, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício Financeiro de 2008 - LDO 2008.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO possui como legislação pertinente a Constituição Federal (art. 165, § 2º); a Constituição Estadual (art. 80, inciso II, e § 2º); e a Lei Complementar Federal n.º 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

A tramitação da presente proposição nesta Casa de Leis, notadamente na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, encontra-se respaldo constitucional, nos termos do art. 27, § 1º, II, b, c/c art. 80, II, da Constituição Estadual.

A LDO é uma das três leis exigidas pela Constituição Federal no processo de planejamento e orçamento na administração pública. Além da LDO, a confecção da proposta orçamentária se dá pelo Plano Plurianual - PPA e pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

A LDO foi introduzida pela Constituição de 1988, tornando-se agora, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, peça obrigatória da gestão fiscal dos poderes públicos, elegendo o equilíbrio das contas públicas como a norma geral a ser cumprida, particularmente pela administração de receitas e despesas, renúncia de receitas, despesas com pessoal, despesa com seguridade social, dívida e endividamento, operações de crédito, concessão de garantias, precatórios e inscrições em restos a pagar.

Observamos que as edições anteriores das Leis de Diretrizes Orçamentárias exerceram papel relevante na melhoria do processo orçamentário, com a participação deste Parlamento, na definição de normas processuais e materiais que disciplinam a elaboração, execução e fiscalização do orçamento público.

2) CONTEÚDO

O conteúdo da LDO 2008 compreende:

- as prioridades e metas da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro subsequente (estrutura, organização, diretrizes gerais, alterações, dívida pública estadual, despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios);

- as alterações na legislação tributária;
- os anexos de metas fiscais.

As prioridades e metas da administração pública estadual serão estabelecidas no Plano Plurianual - PPA, relativo ao período de 2008/2011.

O Projeto de Lei do PPA – 2008/2011 deverá ser enviado a esta Casa de Leis até a data de 15 de novembro do corrente exercício, sendo que a inexistência do PPA para o quadriênio seguinte não prejudica o conteúdo do projeto da LDO para o primeiro ano do período, haja vista que esse conteúdo é matéria definida nas Constituições Federal e Estadual, assim como na Lei Complementar n.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro subsequente, a LDO dispõe:

- os conceitos de Programa, Atividade, Projeto, Operações Especiais;
- a composição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social à nível de Poderes e Empresas Públicas;
- a discriminação dos anexos de Receita e Despesa que deverão constar na Lei Orçamentária de 2008;
- as disposições sobre Precatórios;
- as Vedações;
- as transferências voluntárias;
- os empréstimos, financiamento e refinanciamento;
- as diretrizes específicas dos Orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de Investimento;
- as alterações da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais.

Capítulos importantes da LDO são os referentes às disposições relativas à dívida pública Estadual; as despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios; e as disposições sobre alterações na legislação tributária.

3) ANEXOS DE METAS FISCAIS

Em conformidade com o exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Projeto de Lei da LDO apresenta, também, os ANEXOS DE METAS FISCAIS, sendo os principais pontos a seguir destacados:

- Quadro Demonstrativo das Metas Fiscais Anuais

Para a estimativa do quadro demonstrativo das receitas de 2008, 2009 e 2010, tomou-se por base o ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - IGP-DI DISPONIBILIDADE INTERNA, da Fundação Getúlio Vargas - FGV (2008 – 4,0%, 2009 – 4,4% e 2010 – 4,1%) e o PIB Estadual (2008 – R\$ 6.734 milhões, 2009 – R\$ 7.286 milhões e 2010 – R\$ 7.869 milhões).

Em valores constantes, a receita total do Estado para 2008 (R\$ 3.813.893 mil) corresponde a 56,63% do PIB/2008; para 2009 (R\$ 3.911.927 mil) a 53,69% do PIB/2009 e para 2010 (R\$ 4.098.649 mil) a 52,08% do PIB/2010, demonstrando um crescimento percentual do PIB Estadual superior a receita total do Estado no período 2008 a 2010.

- Avaliação do cumprimento das metas do ano anterior (2006)
- A receita prevista para 2006 da ordem de R\$ 2.975.375 mil, foi

plenamente atendida, uma vez que o Estado teve como receita realizada o valor de R\$ 3.003.901 mil, 53,43% do PIB do período, superior em 0,96% a meta prevista.

Quanto à despesa, foi atingida a meta de 87,78% do orçamento inicialmente previsto para 2006 (R\$ 3.199.612 mil), incluindo a Reserva de Contingência (R\$ 156.592 mil), em face de execução orçamentária da ordem de R\$ 2.808.466 mil (Pessoal e Encargos – 107,23%, Serviço da Dívida – 73,74%, Outros Despesas Correntes – 94,27% e Despesas de Capital – 65,22%).

Importante destacar as despesas com pessoal e encargos com referência aos limites estabelecidos pela LRF (relação despesa com pessoal / receita corrente líquida), ou seja, o Poder Legislativo com 2,53% (limite prudencial = 2,85%), sendo a Assembléia Legislativa com 1,35% (limite prudencial = 1,69%) e o Tribunal de Contas do Estado com 1,18% (limite prudencial = 1,16%); o Judiciário com 3,37% (limite prudencial = 5,70%); o Ministério Público com 1,79% (limite prudencial = 1,90%) e o Poder Executivo com 44,70% (limite prudencial = 46,55%).

De todos os Órgãos, apenas o Tribunal de Contas ultrapassou o limite prudencial em 0,02%, sendo que o limite legal do referido Tribunal é de 1,22%.

Ressalta-se, outrossim, que todos os Poderes e o Ministério Público apresentaram aumento em seus limites estabelecidos pela LRF de 2005 para 2006, a saber: Poder Legislativo = 11,9% (sendo Assembléia Legislativa = 3,8% e Tribunal de Contas do Estado = 38,4%); Poder Judiciário = 49,1%; Ministério Público = 36,6%; e Poder Executivo = 10,7%.

Em 2006, o limite imposto para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino foi atingido com o percentual de 25,09% (limite mínimo de 25%), o mesmo ocorrendo com as despesas com saúde, que atingiu o percentual de 13,51% (limite mínimo de 12%).

O Resultado Primário (diferença entre receita e despesa, excluído do lado da receita as operações de créditos, aplicações financeiras, as amortizações de empréstimos concedidos e a alienação de ativos, e do lado da despesa os juros e amortização da dívida interna e externa) foi de R\$ 120.765 mil, portanto, o Estado pôde honrar seus compromissos financeiros e gerar poupança para atender o serviço da dívida.

O Resultado Nominal (diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior) foi de R\$ 4.835 mil negativos, contra um valor estimado na LDO de 2006 de R\$ 67.228 mil, passando a dívida fiscal líquida de R\$ 312.979 mil em 2005 para R\$ 308.143 mil em 2006.

• Metas Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Em termos de receita e despesa total, Resultados Primário e Nominal e Dívida Consolidada, a preços correntes (atualizados), teríamos os seguintes valores (em R\$ mil) e variações ano a ano:

Exercício	Receita	Despesa
2005	2.681.954	2.613.336
2006	2.975.375	2.975.375
2007	3.473.095	3.473.095
2008	3.966.449	3.966.449
2009	4.247.414	4.247.414
2010	4.632.605	4.632.605

Exercício	Resultado Primário	Resultado Nominal
2005	33.667	-180.279
2006	10.169	-67.288
2007	1.838	248.293
2008	15.296	211.297
2009	-7.874	230.409
2010	-17.690	-80.924

Exercício	Dívida Consolidada
2005	903.281
2006	647.551
2007	798.501
2008	845.866
2009	1.075.221
2010	992.916

• Evolução do Patrimônio Líquido

Considerando o Patrimônio / Capital, teríamos os seguintes montantes: 2004 - R\$ 411.631 mil; 2005 - R\$ 915.754 mil; e 2006 - R\$ 1.161.991 mil, portanto, verificou-se crescimento do Patrimônio no período 2004 a 2006.

• Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Foram constatados como Saldos Financeiros os seguintes montantes: 2004 - R\$ 4.588 mil; 2005 - R\$ 8.280 mil; e 2006 - R\$ 5.879 mil.

O aumento verificado de 2004 para 2005 e a redução no período 2005 para 2006 devem-se ao aumento ou redução da receita de alienação de ativos, notadamente no que se refere à conta “Comercialização de Lotes na Capital”.

• Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Geral de Previdência Social

Foi constatado aumento na Disponibilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, como se segue: 2004 - R\$ 358.734 mil; 2005 - R\$ 496.475 mil; e 2006 - R\$ 750.857 mil.

• Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

O demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita é representado pela estimativa da receita tributária oriunda do tratamento diferenciado dado a diversos segmentos econômicos específicos, nos exercícios de 2008 a 2010, voltados à geração de emprego, a distribuição de renda, a redução da informalidade e o crescimento de empresas, a saber:

- Micro-empresa e empresas de pequeno porte;
- Proindústria;
- Prosperar;
- Comércio atacadista;
- Produção de carne;
- Complexos agroindustriais;
- Transporte;
- Programa Cheque-moradia;

- Diferencial de alíquota, referente aos trilhos usados na ferrovia Norte-Sul;

- Vendas internet.

O montante total da renúncia em 2006 foi o parâmetro utilizado para estimar os valores para os exercícios de 2008 a 2010, a saber:

2008 – R\$ 142.790 mil

2009 – R\$ 148.710 mil

2010 – R\$ 154.639 mil

• **Riscos Fiscais - Impactos na Previsão Orçamentária para cada 1% de Variação na Taxa de Inflação e no PIB**

Os riscos fiscais dizem respeito aos recursos arrecadados pelo Estado, tais como o ICMS, ITCD, IRRF, IPVA, Taxa Judiciária e Taxas Diversas.

Para cada variação percentual na taxa de inflação e no PIB, para mais ou para menos do estimado inicialmente, há um reflexo na arrecadação dos impostos a cargo do Estado, que em sua totalidade, estaria assim representado:

2008 - R\$ 10.578.167,00;

2009 - R\$ 11.585.997,00;

2010 - R\$ 12.595.912,00.

4) EMENDAS AO PROJETO DE LEI E RESPECTIVOS PARECERES DA RELATORIA

Foram apresentadas 14 (quatorze) emendas ao Projeto de Lei nº 56/07 (formulários integrantes do presente processo), no prazo regimental.

4.1) SUBEMENDAS A EMENDAS COM PARECER FAVORÁVEL

São 04 (quatro) as emendas que receberam Subemendas desta Relatoria:

1) Emenda nº 009

- Aatoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Modificativa.

- Descrição: Modifica o art. 7º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Na Lei Orçamentária Anual para 2008, a discriminação da despesa, para os orçamentos fiscal e da seguridade social, far-se-á na conformidade do seguinte desdobramento:

I – DESPESAS CORRENTES:

- Pessoal e Encargos Sociais;

- Juros e Encargos da Dívida Pública;

- Outras Despesas Correntes;

II – DESPESAS DE CAPITAL:

- Investimentos;

- Inversões Financeiras;

- Amortização da Dívida;

III – RESERVA DE CONTINGÊNCIA”.

Parecer da Relatoria: A Portaria STN/SOF nº 163/01 foi editada

para regulamentar os arts. 12 e 13 da Lei 4.320/64, adequando a estrutura das despesas para todos os entes da federação, com a finalidade de se unificar os procedimentos para fins de consolidação nacional das contas públicas.

Na elaboração do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias em seu art. 4º, obedeceu-se ao art. 3º da Portaria 163/01 e, no art. 7º, obedeceu-se o art. 12 da Lei 4.320/64 e para que não haja duplicidade de informação na obediência dessas legislações, considera-se necessária à modificação.

A Reserva de Contingência, conforme a Portaria 163/01, classifica-se como um grupo de natureza de despesa à parte, identificada pelo dígito 9, não representando assim, uma categoria econômica, conforme solicita a proposta de Emenda.

Assim sendo, sou FAVORÁVEL à supressão do art. 7º e da Subemenda a Emenda nº 009, modificativa, com a seguinte redação:

“Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas dotações, especificando a fonte de recursos e os grupos a que ela pertence, na forma a seguir:

I – DESPESAS CORRENTES:

- Pessoal e Encargos Sociais;

- Juros e Encargos da Dívida Pública;

- Outras Despesas Correntes;

II – DESPESAS DE CAPITAL:

- Investimentos;

- Inversões Financeiras;

- Amortização da Dívida.

2) Emenda nº 010

- Aatoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Modificativa.

- Descrição: Modifica o art. 29, Inciso II, “c”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. ...

II - ...

c) as contribuições do Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS, Contribuição com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS de que trata o art. 195 da Constituição Federal e com a Receita Federal, conforme art. 239 da Constituição Federal”.

- Parecer da Relatoria: Considerando-se a observância dos arts. 195 e 239 da Constituição Federal, sou FAVORÁVEL à Subemenda a Emenda nº 010, modificativa, com a seguinte redação:

“Art. 29. ...

c) as contribuições do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, as previdenciárias, de que trata o art. 195, e as decorrentes da arrecadação prevista no art. 239, da Constituição Federal.”

3) Emenda nº 011

- Aatoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo

Vasconcelos, José Geraldo, Marcelo Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Modificativa.

- Descrição: Modifica o *caput* do art. 59 e os incisos I e II, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59. Os Poderes do Estado e o Ministério Público deverão elaborar e publicar no Diário Oficial do Estado e em site oficial, até trinta dias após a vigência da Lei Orçamentária de 2008, o cronograma de desembolso mensal, por órgão, nos termos da Lei Complementar 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei”.

...

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art 13 da Lei Complementar Federal 101/2000, incluindo se desdobramento por origem de recursos, destacando as receitas administradas pelo Tesouro Estadual e as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos;

II – metas bimestrais para o resultado primário e nominal.”

- Parecer da Relatoria: Sou favorável à aprovação da Emenda nº 011, modificativa, apenas no tocante aos incisos I e II, tendo em vista tratar-se de corrigir o erro de digitação para consignar a expressão “Tesouro Estadual” e compatibilizar a redação ao art. 9º da Lei 101/2000, respectivamente, não havendo necessidade de alteração no *caput* do art. 59, uma vez que a obrigatoriedade de publicação já é mencionada no supramencionado artigo, motivo pela qual apresento uma Subemenda à Emenda nº 011, com a seguinte redação:

“Art. 59. ...

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art 13 da Lei Complementar Federal 101/2000, incluindo se desdobramento por origem de recursos, destacando as receitas administradas pelo Tesouro Estadual e as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos;

II – metas bimestrais para o resultado primário ou nominal.

...”

4) Emenda nº 014

- Aatoria: Deputados Carlos Henrique Gaguim, Paulo Roberto, Iderval Silva, Fabion Gomes, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Manoel Queiros, Stalin Bucar, Amélio Cayres, José Geraldo e Raimundo Moreira.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona no Capítulo VII – “Disposições Gerais”, art. 55, o § 3º, a seguinte redação:

“Art. 55. ...

§ 3º As emendas parlamentares ao Projeto de Lei do Orçamento Anual, objeto de Anexo específico, serão admitidas até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por Parlamentar, compatível com o Plano Plurianual 2008-2011, não sendo admitido cancelamento da respectiva dotação orçamentária, parcial ou total, a qualquer hipótese, no decorrer do exercício financeiro de 2008.

- Parecer da Relatoria: Por ser uma das proposições do Relatório Final da Comissão Especial “Assembléia Participativa: A Voz e a Vez do Cidadão”, sou favorável à aprovação da Emenda nº 014, aditiva, sem especificar o valor por Parlamentar, motivo pela qual apresento uma Subemenda à Emenda nº 014, com a

seguinte redação:

“Art. 55. ...

§ 3º As emendas parlamentares ao Projeto de Lei do Orçamento Anual, objeto de Anexo específico, deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual 2008-2011, não sendo admitido cancelamento da respectiva dotação orçamentária, parcial ou total, a qualquer hipótese, no decorrer do exercício financeiro de 2008”.

4.2) EMENDAS COMPARECER CONTRÁRIO

Outras 10 (dez) emendas foram REJEITADAS por esta Relatoria, a saber:

1) Emenda nº 001

- Aatoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona no inciso II do art. 9º, o seguinte item:

“f) 71 – Consórcios Públicos”

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 001, tendo em vista que o texto do inciso II do art. 9º - “observa, conforme Portaria Interministerial 163, de 4 de maio de 2001, e suas alterações, o seguinte detalhamento mínimo:” (negrito desta Relatoria), já oferece respaldo para a utilização dessa modalidade de aplicação, tanto que o detalhamento “71 - Consórcios Públicos”, consta no Manual Técnico de Orçamento de 2007, aprovado pela Portaria/SEPLAN/TO nº 29, de 05.03.07.

2) Emenda nº 002

- Aatoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o parágrafo 2º no art. 57º, com a seguinte redação:

“§ 2º A transferência de recursos próprios de autarquias, fundações, ou fundos especiais, para conta única do Tesouro Estadual, depende de autorização legislativa”.

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 002, tendo em vista que foi observado no art. 43 deste Projeto de Lei, texto referente à observância do art. 43 da Lei 4.320/64 e do § 8º do art. 166 da Constituição Federal, portanto, não há necessidade de inclusão do referido parágrafo.

3) Emenda nº 003

- Aatoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o parágrafo 2º no art. 69º, com a seguinte redação:

“§ 2º Os membros do Poder Legislativo terão acesso ao módulo de consulta do SIAFEM”.

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 003, uma vez que o disposto no art. 69 deste Projeto de Lei, citado abaixo, oferece prerrogativa para que todos os Poderes possam consultar os dados constantes no SIAFEM, portanto, não há

necessidade de se incluir matéria sobre o assunto.

“Art. 69. A execução orçamentário-financeira dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público dar-se-á pelo SIAFEM”

4) Emenda nº 004

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o parágrafo 2º no art. 63º, com a seguinte redação:

“§ 2º É vedado à anulação de empenhos cuja despesa já tenha sido efetivada”.

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 004, tendo em vista constar de forma clara e específica esta matéria no *caput* do art. 63 e Parágrafo único deste Projeto de Lei em obediência a Lei 4.320/64, concluindo-se que a despesa efetivada não será passível de anulação. Portanto, não há necessidade da inclusão do § 2º.

5) Emenda nº 005

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o item c, no inciso II, do art.55º, com a seguinte redação:

“c) transferências constitucionais a municípios”.

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 005, considerando que as transferências constitucionais a Municípios estão amparadas por Lei, tanto na Constituição Federal, como na Estadual, tornando-se desnecessária a inclusão da referida alínea.

6) Emenda nº 006

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o art. 52-A, com a seguinte redação:

“Art. 52-A. Fica autorizado os Poderes e o Ministério Público a realizar concursos públicos, para preencher as vagas, constantes de seus planos de cargos, carreiras e salários, desde que observados os limites de despesa de pessoal previsto na Lei Complementar 101/2000, e suas respectivas dotações orçamentárias.

Parágrafo único: O Poder Executivo realizará concursos, preferencialmente para substituir funcionários comissionados e contratos especiais por funcionários efetivos”.

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 006, uma vez que consta de forma ampla no art. 52 deste Projeto de Lei a previsão da realização de concurso amparada pelo § 1º do art. 85 da Constituição Estadual.

Quanto à solicitação da observância ao limite de despesa com pessoal e às dotações orçamentárias, estão contempladas nos Arts. 51 e 48 do Projeto de Lei, respectivamente.

7) Emenda nº 007

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o inciso IV no art. 26, com a seguinte redação:

“IV - aquisição ou manutenção de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso:

- a) do Governador e do Vice Governador do Estado;
- b) do presidente da Assembléia Legislativa;
- c) dos Desembargadores, Procuradores de Justiça e Conselheiros dos Tribunais de Contas;
- d) dos Secretários de Estado”

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 007, uma vez que o assunto não se caracteriza matéria a ser reportada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Tal matéria está normatizada pela Instrução Normativa nº 01, de 26 de março de 1999, que regulamenta o uso de veículos oficiais pertencentes ao patrimônio público e estabelece critérios para a utilização da frota de veículos do Estado.

8) Emenda nº 008

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Aditiva.

- Descrição: Adiciona o § 3º no art. 13, com a seguinte redação:

“§ 3º A Assembléia Legislativa na elaboração da sua proposta orçamentária, terá como parâmetro os valores nunca inferior a três por cento e no máximo cinco por cento das receitas tributárias, incluídas os juros e multas e a receita da dívida ativa dos tributos, e das receitas provenientes de transferências de impostos, deduzida as transferências tributárias constitucionais obrigatórias para os Municípios. “

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 008, vinculando um percentual mínimo e máximo de valores para o Orçamento da Assembléia Legislativa, tendo em vista que o art. 80 da Constituição Estadual, bem como o art. 165 da Constituição Federal, estabelecem que são de iniciativa do Poder Executivo as proposições de leis sobre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes e os Orçamentos Anuais, cabendo-lhe sempre cumprir com as articulações necessárias à autonomia dos Poderes, não ferindo assim, ao exercício da democracia.

9) Emenda nº 012

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcelo Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Modificativa.

- Descrição: Modifica o Parágrafo único do art. 10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“*Parágrafo único.* Não é considerada, para efeito deste artigo, a reserva à conta de receitas próprias das autarquias e fundações e as receitas vinculadas”

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 012, uma vez que para o cálculo da reserva de contingência utiliza-se a receita corrente líquida que é o somatório das receitas tributárias (ICMS, IPVA...), de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, nos Estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. Logo, está explícito que o cálculo das receitas correntes líquidas excetuam-se as receitas próprias e vinculadas.

10) Emenda nº 013

- Autoria: Deputados Raimundo Palito, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, José Geraldo, Marcelo Lelis, Raimundo Moreira, Stalin Bucar e Deputada Luana Ribeiro.

- Tipo: Modificativa.

- Descrição: Modifica o inciso III do art. 26, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – ações que não sejam de competência do Estado, salvo em programas que atendam às transferências voluntárias em virtude de convênio”.

- Parecer da Relatoria: Sou pela REJEIÇÃO da Emenda nº 013, tendo em vista entender que a palavra “exclusiva” utilizada no inciso III do art. 26 deste Projeto de Lei foi apenas para enfatizar as competências do Estado.

5) VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 56/2007 - Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício Financeiro de 2008 - LDO 2008, de autoria do Governo do Estado do Tocantins, encontra-se em conformidade com a ordem constitucional e legal (Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei de Responsabilidade Fiscal), e atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, bem como aos princípios da boa técnica legislativa, conclamo aos nobres Pares pela APROVAÇÃO do referido Projeto, na forma apresentada, acrescido das Subemendas às Emendas nºs 009, 010, 011 e 014.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 2007.

Deputado Paulo Roberto
Relator

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa
em, 17 de outubro de 2007

Ata da Centésima Vigésima Terceira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezessete de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis,

Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Angelo Agnolin, Raimundo Palito e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 101/2007, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor José Francisco das Neves (Dr. Juquinha)”; ofício número 1.721/2007, oriundo do INCRA – Superintendência Regional do Estado do Tocantins, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raimundo Moreira; ofício número 1.701/2007, oriundo da Secretaria de Estado da Juventude, informando a celebração de convênio entre aquela Secretaria e a Associação Tocantinense de Incentivo ao Voluntariado da Região Sul de Palmas – ATIVA e a UNITINS, objetivando a criação do Centro de Formação da Juventude; ofício número 2.624/2007, oriundo do Gabinete do Governador, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim; e ofício número 152/2007, oriundo da Brasil Telecom, em resposta aos Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 106/2007, de autoria do Senhor Deputado César Halum, e os Requerimentos que receberam os números 4.918 a 4.928. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna o Senhor Deputado Stalin Bucar. Em seguida, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por até vinte minutos, para Reunião com todas as Bancadas, reabrindo-a, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabion Gomes, às dezesseis horas e dezessete minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.608, 4.850, 4.851, 4.829, 4.830, 4.900, 4.799 a 4.802, 4.822, 4.828 e 4.834 a 4.839, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Logo após, não havendo oradores inscritos nas Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e vinte minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário
6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa
em, 18 de outubro de 2007

Ata da Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelo Senhor Deputado Stalin Bucar, Primeiro-Secretário e a Senhora Deputada Josi Nunes, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Raimundo Palito e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Logo após,

foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 104, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Cria o dia estadual de reflexão sobre as mudanças climáticas”; Projeto de Lei número 105/2007, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “Dispõe sobre a isenção ao doador de sangue, do pagamento das taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Estado do Tocantins e processos seletivos da UFT”; Projeto de Lei número 106/2007, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Francisco Martins Bringel”; ofícios números 1.575 e 1.576/2007, oriundos da Caixa Econômica Federal – CEF, comunicando liberação de recursos financeiros destinados ao município de Santa Fé do Araguaia, no âmbito do Programa Habitação de Interesse Social do Ministério das Cidades; ofício número 1.721/2007, oriundo da Secretaria de Estado da Juventude, informando a celebração do Termo de Adesão da Fundação Educacional de Paraíso – FEPAR, para a concessão de Bolsa Universitária; ofício número 1.710/2007, oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando sobre convênios celebrados por aquela Secretaria, no mês de setembro do corrente ano; ofício número 354/2007, oriundo do Ministério da Integração Nacional, comunicando a liberação de recursos financeiros para o Projeto Propertins, no município de Dianópolis; ofício número 1.158/2007, oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; e cartas oriundas da operadora móvel TIM, em resposta aos Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 107/2007, de autoria do Senhor Deputado Cacildo Vasconcelos, e os Requerimentos que receberam os números 4.929 a 4.949. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna o Senhor Deputado Paulo Roberto. Durante as Comunicações, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, para acompanhar a Audiência Pública realizada na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, reabrindo-a, às nove horas e trinta e dois minutos. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado José Geraldo. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.880, 4.365, 4.441, 4.442, 4.831, 4.818 a 4.820, 4.832 e 4.833, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscristos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e quarenta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**em, 23 de outubro de 2007****Ata da Centésima Vigésima Quinta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção

de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Angelo Agnolin, César Halum e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 107/2007, de autoria do Senhor Deputado Cacildo Vasconcelos, que “Dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências”; ofício número 80/2007, oriundo da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR, sugerindo a realização de uma audiência pública para debater a campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde; ofício número 503/2007, oriundo da TV Palmas/Redesat, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; ofício número 226/2007, oriundo da Secretaria de Indústria e Comércio, informando a celebração de convênio entre aquela Secretaria, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Araguaína – ACIARA; ofício número 1.580/2007, oriundo do Conselho Estadual de Educação, expondo os efeitos negativos que a Desvinculação das Receitas da União – DRU têm sobre a Educação; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor governador, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar e Valuar Barros; ofício número 9.760 e 9.761/2007, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de convênio e Termo Aditivo, entre aquela Secretaria e os municípios de Guaraí e Piraquê, respectivamente; ofícios números 1.163 e 1.172/2007, oriundos da Secretaria do Esporte, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria, a Associação Palmas Rally Off Road e a Prefeitura de Taguatinga, respectivamente; e ofícios oriundos da empresa de telefonia móvel TIM, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados José Geraldo, Fábio Martins e Eduardo do Dertins. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números: 108 e 109, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra e da Senhora Deputada Solange Duailibe, respectivamente, e os Requerimentos que receberam os números 4.950 a 4.972. Durante a Apresentação de Matéria assumiu a Presidência o Senhor Deputado Fabion Gomes e a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Em seguida, foi aprovada a urgência do Requerimento de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Júnior Coimbra, Marcello Lelis, Eduardo do Dertins, Paulo Roberto, José Geraldo e Eli Borges. Logo após, o Senhor Presidente solicitou que fizesse a Verificação de Quorum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Dr. Zé Viana, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso e Stalin Bucar. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os requerimentos números: 4.929, 4.853, 4.869, 4.862 a 4.864, 4.856, 4.810, 4.823 a 4.825, 4.859, 4.870, 4.873, 4.877, 4.878, 4.881, 4.861, 4.866, 4.865, 4.875 e 4.876, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões

Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quarenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 24 de outubro de 2007

Ata da Centésima Vigésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixou de comparecer o Senhor Deputado César Halum. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 109/2007, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Fé e Alegria do Brasil, Sub-Regional Tocantins”; Projeto de Lei número 108/2007, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Prefeito de Goiânia-GO, Íris de Araújo Rezende Machado”; ofício número 11/2007, oriundo da Secretaria de Segurança Pública, informando que foi aprovada a inclusão do Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Tocantins entre os membros natos do Gabinete de Gestão Integrada – GGI/TO; ofício oriundo da CELTINS, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis; ofício número 9.928/2007, oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; ofício número 108/2007, oriundo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, informando a celebração de convênio firmado entre aquele Instituto e a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; ofício número 43/2007, oriundo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; e comunicado número 690/2007, oriundo do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para o Programa BRALF. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 4.973 a 4.986. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Júnior Coimbra, Paulo Roberto, Raimundo Palito e Fábio Martins. Durante as Comunicações assumiu a Presidência o Senhor Deputado Fabion Gomes. Em seguida, com a aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até trinta minutos, para acompanhar a Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e nove minutos

para prorrogá-la, "de ofício", por até uma hora, reabrindo-a às doze horas e vinte e um minutos. Em seguida, não havendo quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente a transferiu para a Sessão subsequente, encerrando a Sessão às doze horas e vinte e dois minutos e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 24 de outubro de 2007

Ata da Centésima Vigésima Sétima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Fabion Gomes, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixou de comparecer o Senhor Deputado César Halum. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foi lido e despachado o expediente: ofício número 012/2007, oriundo da Liderança do Bloco Parlamentar PPS/PT/PDT, indicando o Senhor Deputado Fábio Martins como membro titular, e a Senhora Deputada Solange Duailibe como membro suplente, para compor a Comissão Especial de Acompanhamento da Construção da Usina Hidrelétrica de São Salvador do Tocantins. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 110/2007, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes e os Requerimentos que receberam os números 4.987 a 4.991. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna o Senhor Deputado Stalin Bucar. Ainda nas Comunicações, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião de Bancada, reabrindo-a às dezesseis horas e trinta e seis minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.965, 4.902, 4.882, 4.883, 4.888, 4.889, 4.904 a 4.910, 4.903, 4.884, 4.885 e 4.887 os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Foi anunciado em fase única de discussão e votação o Requerimento número 4.872, o qual, votado, foi rejeitado e encaminhado ao arquivo. Ainda na deliberação da Ordem do Dia o Senhor Deputado José Geraldo usou a tribuna para discutir proposição de sua autoria. Nas Discussões Parlamentares usou a tribuna o Senhor Deputado José Geraldo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e trinta e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**em, 25 de outubro de 2007****Ata da Centésima Vigésima Oitava Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Fabion Gomes, Secretariado pelos Senhores Deputados: Raimundo Palito, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Fábio Martins, Iderval Silva e Manoel Queiroz. Após a leitura do Texto Bíblico foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. Em seguida, foi lido e despachado o expediente: Projeto de Lei número 110/2007, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “Declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do DERTINS de Tocantinópolis-TO”. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 4.992 a 4.997. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Paulo Roberto, Raimundo Palito e Stalin Bucar. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.922, 4.926 a 4.928, 4.911 a 4.920, 4.930, 4.931 e 4.933, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados Angelo Agnolin e Raimundo Moreira. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e vinte e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****em, 30 de outubro de 2007****Ata da Centésima Vigésima Nona Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia trinta de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Stalin Bucar, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres e Iderval Silva. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 61/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado,

encaminhando Projeto de Lei número 59/2007, que “Altera a Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargo e Subsídios – PCCS do Auditor Fiscal da Receita Estadual – AFRE, da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins e adota outras providências”; Mensagem número 63/2007, encaminhando o Projeto de Lei número 60, que “Acresce Ação à Lei 1.752, de 26 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual para o ano de 2007 e adota outras providências”; Mensagem número 64/2007, encaminhando o Projeto de Lei número 61, que “Acresce Ação da Lei número 1.753, de 26 de dezembro de 2006, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins, estabelecendo o Programa de Trabalho para o exercício de 2007, e adota outras providências”; ofícios oriundos da chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito e Sandoval Cardoso; ofício número 7.032/2007, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termo de Cessão de Uso, entre aquela Secretaria e a Fundação Cultural do Estado; ofícios números 7.109, 7.110, 7.111 e 7.090/2007, oriundos da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Convênios entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Pindorama, Monte do Carmo, Praia Norte e a Associação de Apoio da Escola Estadual Pio XII, respectivamente; ofício número 1.639/2007, oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando o crédito de recursos financeiros para contratos OGU; ofício número 653/2007, oriundo do Tribunal de Justiça, solicitando autorização para doação de bens móveis; ofício número 1.758/2007, oriundo da Secretaria de Estado da Juventude, informando a celebração de convênio entre aquela Secretaria e a Roda Viva Empreendimentos Sociais; ofícios números 10.148 e 10.149/2007, oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Convênios entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Lajeado e Chapada da Natividade, respectivamente; ofício número 587/2007, oriundo do Gabinete do Senhor Governador, informando que fará viagem a Bogotá, Colômbia, entre os dias 1º e 3 de novembro, acompanhado da comitiva conforme dispõe a cópia do Ato número 5.086 – DSG, de 29 de novembro de 2007. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 111 e 112/2007, de autoria dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins e Raimundo Moreira, respectivamente, e os Requerimentos que receberam os números 4.998 a 5.010. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Paulo Roberto, Raimundo Palito e Stalin Bucar. Logo após, com a aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até vinte minutos, para Reunião com todos os Deputados, reabrindo-a às onze horas e dez minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.936 a 4.941, 4.954 a 4.960, 4.945 a 4.952, 4.811, 4.812, 4.942 e 4.934, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quinze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário**

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**em, 31 de outubro de 2007****Ata da Centésima Trigésima Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia trinta e um de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Fabion Gomes, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Carlos Henrique Gaguim e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 111/2007, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “Dispensa o funcionário público, responsável por pessoa portadora de deficiência, de parte da jornada de trabalho e dá outras providências”; Projeto de Lei número 112/2007, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Moreira, que “Declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade de Porto Nacional; ofícios números 210 e 235/2007, oriundos da Secretaria da Indústria e Comércio, informando a celebração de Convênios entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Pindorama e Tocantinópolis, respectivamente; ofício número 173/2007, oriundo do Ministério Público Estadual, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; ofício número 10.050/2007, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Convênio entre aquela Secretaria e o município de Aragominas/TO; e ofício número 1.062/2007, oriundo da Secretaria do Esporte, informando a celebração de contrato com a Empresa SW Rodrigues de Carvalho. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 113 e 114/2007, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo e 115/2007, de autoria do Senhor Deputado Manoel Queiroz, respectivamente, e os Requerimentos que receberam os números 5.011 a 5.024. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 5.017 e 5.018, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Palito. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Paulo Roberto, Josi Nunes, Stalin Bucar, Marcello Lelis, Júnior Coimbra e Eli Borges. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.849, 4.961 a 4.964, 4.967 a 4.969, 4.966, 4.970, 4.974, 4.977, 4.978, 4.985, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares usou a tribuna a Senhora Deputada Josi Nunes. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quarenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****em, 31 de outubro de 2007****Ata da Centésima Trigésima Primeira Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia trinta e um de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Júnior Coimbra, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixou de comparecer o Senhor Deputado Amélio Cayres. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 59/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que encaminha o Projeto de Lei número 57/2007, que “Altera a Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”; mensagem número 60/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que encaminha o Projeto de Lei número 58/2007, que “Altera as Leis 1.288, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Contencioso Administrativo-Tributário e os Procedimentos Administrativo-Tributários, e 1.810, de 5 de julho de 2007, que dispõe sobre a aplicação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; mensagem número 65/2007, de autoria do Senhor Governador, que encaminha a Proposta de Emenda Constitucional nº 1, de 22 de outubro de 2007, que “Altera a Constituição do Estado na parte que especifica; Projeto de Lei número 113/2007, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Dispõe sobre a comercialização de materiais de metal usados no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 114/2007, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Dispõe sobre o uso de protetor solar e dá outras providências”; Projeto de Lei número 115/2007, de autoria do Senhor Deputado Manoel Queiroz, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Teológico, Cultural e Assistencial do Tocantins – ITECATO”; ofício oriundo do Gabinete da Senhora Deputada Josi Nunes e outros, solicitando a reativação da Frente Parlamentar de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 116 e 117/2007, de autoria dos Senhores Deputados Angelo Agnolin e Fabion Gomes, respectivamente, o Recurso que recebeu o número 04/2007, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis e outros, e os Requerimentos que receberam os números 5.025 a 5.038. Ainda na apresentação de Matéria assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até dez minutos, reabrindo-a às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 4.979, 4.987 a 4.991, 4.980,

Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Fabion Gomes e Raimundo Moreira. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 49/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 620/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 50/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre aporte de capital em bens imóveis à Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS”, que deu origem ao Processo número 621/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e vinte e cinco minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATADA 91ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 10 de outubro de 2007

Ata da Nonagésima Primeira Sessão Extraordinária

Às dezessete horas e vinte e sete minutos do dia dez de outubro de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Fabion Gomes e Raimundo Moreira. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 49/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.614, de 04 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 620/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para

extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

Atas das Comissões

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

Ata da Trigésima Nona Reunião Conjunta

Às dez horas e vinte e cinco minutos, do dia dez de outubro de dois mil e sete, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Sandoval Cardoso, Fábio Martins, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Solange Duailibe e Manoel Queiroz. Estavam ausentes os senhores Deputados: Eli Borges, Luana Ribeiro, Raimundo Moreira, Josi Nunes e César Halum. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que lida e aprovada foi subscreta pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Distribuição de Matéria. O senhor Deputado Raimundo Palito foi nomeado relator do Processo número 619/2007, o senhor Deputado Júnior Coimbra foi nomeado relator do Processo número 620/2007 e o senhor Deputado Fábio Martins foi nomeado relator do Processo número 621/2007. Não havendo Devolução de Matéria e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

Ata da Quadragésima Reunião Conjunta

Às onze horas e cinco minutos, do dia dez de outubro de dois mil e sete, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Palito,

Angelo Agnolin, Fábio Martins, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Júnior Coimbra, Sandoval Cardoso, Marcello Lelis, César Halum, Solange Dualibe e Manoel Queiroz. Estavam ausentes os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Josi Nunes, Luana Ribeiro e Eli Borges. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, após anuência dos senhores membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matéria, passou-se a Devolução de Matéria. O senhor Deputado Angelo Agnolin devolveu o Processo número 607/2007, o senhor Deputado Raimundo Palito devolveu o Processo número 619/2007 e o senhor Deputado Fábio Martins devolveu o Processo número 621/2007. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Relatores e, em seguida encaminhado ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.ª Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

Ata da Quadragésima Primeira Reunião Conjunta

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, do dia dez de outubro de dois mil e sete, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Palito, Fábio Martins, Cacildo Vasconcelos, Solange Dualibe, César Halum, Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Sandoval Cardoso, Marcello Lelis e Júnior Coimbra. Estavam ausentes os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Angelo Agnolin, Josi Nunes, Dr. Zé Viana, Eli Borges e Luana Ribeiro. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, após anuência dos senhores membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matéria, passou-se a Devolução de Matéria. O senhor Deputado Júnior Coimbra devolveu o Processo número 620/2007. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do Relator e, em seguida encaminhado ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

6.ª Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

Ata da Sétima Reunião Extraordinária

Às onze horas e dois minutos do dia dez de outubro de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, César Halum, Solange Dualibe, Manoel Queiroz e Paulo Roberto. Estava

ausente o senhor Deputado Eli Borges. O senhor Presidente, Deputado César Halum, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Distribuição de Matéria. O senhor Deputado Paulo Roberto foi nomeado relator do Processo número 610/2007. Não havendo Devolução de Matéria e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

6.ª Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Oitava Reunião Extraordinária

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e sete, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Angelo Agnolin, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Paulo Roberto, Júnior Coimbra e Solange Dualibe. Estava ausente a senhora Deputada Josi Nunes. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido passou-se à Distribuição de Matéria. A senhora Deputada Solange Dualibe foi nomeada relatora do Processo número 572/2007, o senhor Deputado Fábio Martins foi nomeado relator do Processo número 573/2007 e o senhor Deputado Raimundo Palito foi nomeado relator do Processo número 581/2007. Na Devolução de Matérias o senhor Deputado Júnior Coimbra devolveu o Processo número 335/2007 relatado pelo senhor Deputado Cacildo Vasconcelos e o senhor Deputado Paulo Roberto devolveu o Processo número 500/2007. Na deliberação da Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos relatores referentes aos Processos acima mencionados e, em seguida, encaminhados ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE.**

6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Terceira Reunião

Às quinze horas do dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tribunal de Contas do Estado – CPI do TCE, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Júnior Coimbra, César Halum, Manoel Queiroz, Raimundo Moreira e Amélio Cayres. O senhor Presidente, Deputado César Halum, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das atas das Reuniões anteriores, que lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: ofício número 738/2007 – TCE, oriundo da Presidência do Tribunal de Contas do Estado, solicitando cópia do Processo 614/2007, referente à CPI do TCE; e ofício número 03/2007, de autoria do Senhor Presidente desta Comissão, solicitando ao senhor Secretário de Estado da Fazenda a cessão de um Auditor Fiscal e um Contador do quadro de servidores daquela Secretaria, para prestar serviços nesta

Comissão. Na Apresentação de Matérias o Senhor Deputado Júnior Coimbra apresentou 01 (um) Requerimento que recebeu o número 02/2007. Em seguida, não havendo Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE

6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Segunda Reunião

Às dezesseis horas do dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Stalin Bucar, Marcello Lelis, Sandoval Cardoso, Paulo Roberto, Eduardo do Dertins e Raimundo Moreira. O senhor Presidente, Deputado Sandoval Cardoso, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da ata da Reunião anterior, que lida e aprovada foi subscrita pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Apresentação de Matéria. O senhor Deputado Paulo Roberto apresentou os Requerimentos que receberam os números 08 a 13/2007, o senhor Deputado Stalin Bucar apresentou os Requerimentos que receberam os números 14 e 15/2007 e o senhor Deputado Marcello Lelis apresentou os Requerimentos que receberam os números 16 a 18/2007. Em seguida, não havendo Devolução de Matéria passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em fase única de discussão e votação, o Requerimento número 01/2007, de autoria do senhor Deputado Marcello Lelis, que por despacho proferido pelo senhor Presidente, com amparo nos artigos 35, inciso II, e 49, inciso I, artigo 53 *caput* e parágrafo 1º, restou prejudicado. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 02 a 04/2007, de autoria do senhor Deputado Marcello Lelis, os quais foram retirados da pauta atendendo solicitação do autor. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 05 a 07/2007, de autoria do senhor Deputado Stalin Bucar, os quais foram retirados da pauta atendendo solicitação do autor. Em seguida, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE

6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Terceira Reunião

Às dezesseis horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e sete, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Stalin Bucar, Marcello Lelis, Sandoval Cardoso, Paulo Roberto, Eduardo do Dertins e Raimundo Moreira. O senhor Presidente, Deputado Sandoval Cardoso, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da ata da Reunião anterior, que lida e aprovada foi subscrita pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-

se a Apresentação de Matéria. O senhor Deputado Marcello Lelis apresentou os Requerimentos que receberam os números 19 a 23/2007 e devolveu à Mesa, devidamente corrigidos, os Requerimentos de sua autoria e do Senhor Deputado Stalin Bucar, que foram retirados da Ordem do Dia da Reunião anterior. O senhor Deputado Stalin Bucar apresentou os Requerimentos que receberam os números 24 a 28/2007. Logo após, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 08 a 13/2007, de autoria do senhor Deputado Paulo Roberto, e 16 e 18/2007, de autoria do senhor Deputado Marcello Lelis, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar e juntar ao Processo número 613/2007. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 14 e 15/2007, de autoria do senhor Deputado Stalin Bucar, e 17/2007, de autoria do senhor Deputado Marcello Lelis, os quais, votados, foram rejeitados e encaminhados ao arquivo. Em seguida, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para o dia 24 de outubro do corrente, logo após o encerramento da Sessão Ordinária. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE

6ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Quarta Reunião

Às dezessete horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados Stalin Bucar e Marcello Lelis. Deixaram de comparecer os senhores Deputados Sandoval Cardoso, Paulo Roberto e Eduardo do Dertins. O senhor Deputado Stalin Bucar assumiu a Presidência e, por falta de quorum, deixou de abrir a Reunião da Comissão convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA N.º 236/2007 – SG

O Secretário Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 20, da Lei n.º 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar na Diretoria de Área de Informática – DISIN, o servidor **Ricardo Ishibashi Moreira de Almeida**, matrícula n.º 704, a partir de 24 de agosto de 2007.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de outubro de 2007.

Antônio Lopes Braga Júnior
Secretário-Geral



Vasos, pratinhos e plantas
que acumulam água.

Dengue

Acabe com esse perigo na sua casa.